



www.LeisMunicipais.com.br

## LEI Nº 9380, DE 30 DE MARÇO DE 2004.

### **PERMITE QUE AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS UTILIZEM TERRENOS PÚBLICOS PARA CULTIVO DE PLANTAS E ERVAS MEDICINAIS, HORTALIÇAS, VERDURAS E LEGUMES.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica permitida às instituições sem fins lucrativos a utilização de terrenos públicos para o cultivo de plantas e ervas medicinais, hortaliças, verduras e legumes.

§ 1º A permissão de que trata este artigo se aplica somente aos terrenos sem edificação e desde que o Município para eles não tenha qualquer destinação de uso imediato.

§ 2º Essa permissão será feita sem ônus ou benefício tanto para o Município como para o permissionário, exceto os previstos nesta lei.

**Art. 2º** A permissão terá caráter temporário e vigorará até que o Município dê à referida área outra destinação, quando será aquela revogada automaticamente sem nenhuma indenização ou compensação ao permissionário.

Parágrafo Único - Caso o Município necessite do terreno cedido em permissão, concederá à permissionária o prazo de seis meses para que aquela possa fazer a colheita das plantas e ervas medicinais, hortaliças, verduras e legumes ali cultivados.

**Art. 3º** Somente serão beneficiadas por esta lei as instituições que preencherem as seguintes exigências:

I - sejam declaradas de utilidade pública;

II - tenham uma das seguintes finalidades estatutárias:

- a) filantropia;
- b) assistência social;
- c) defesa ou promoção da pessoa humana; e
- d) defesa do ambiente natural.

III - apliquem integralmente os seus resultados na manutenção de seus objetivos institucionais no país; e

IV - mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades

capazes de assegurar sua exatidão.

**Art. 4º** O Executivo Municipal deverá realizar campanhas mensais visando a obter doações de mudas e sementes de plantas e ervas medicinais, hortaliças, verduras e legumes.

**Art. 5º** Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, por meio dos procedimentos administrativos próprios, baixar as demais normas visando à implantação e ao cumprimento desta lei.

**Art. 6º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 30 de março de 2004.

NEDSON LUIZ MICHELETI  
Prefeito Municipal

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/11/2010*